



PRESS BOOK

Revista_Imprensa_13_Abril_2020

1. 36 mil acompanhados, Correio da Manhã, 13/04/2020	1
2. Preocupação dos Portugueses - Industria têxtil em dificuldade, Correio da Manhã, 13/04/2020	2
3. Médicos processam, Correio da Manhã, 13/04/2020	3
4. Mais um dia de aumento controlado na "Suécia do Sul", i, 13/04/2020	4
5. Editorial - O "milagre português" e as incógnitas que preocupam os pais, i, 13/04/2020	7
6. Restaurantes de Braga pedem alargamento do lay-off, Jornal de Notícias, 13/04/2020	8
7. Reajustes podem custar seis milhões por mês ao Estado, Jornal de Notícias, 13/04/2020	9
8. Governo às cegas nos acordos extrajudiciais, Negócios, 13/04/2020	10
9. EDP estreia assembleia virtual dos "grandes", Negócios, 13/04/2020	11
10. Pedidos de compensação avançam depois de Junho, Negócios, 13/04/2020	14
11. Marcelo, Costa e os "body bags", Negócios, 13/04/2020	17
12. Qualidade do álcool em gel à venda em Portugal não é testada, Público, 13/04/2020	19
13. Cadeias sem remédios nem dinheiro, Correio da Manhã, 13/04/2020	21
14. Covid-19. Porque vamos sofrer mais que os outros?, i, 13/04/2020	24
15. Só uma fábrica de confeções a trabalhar em Castelo Branco, Jornal de Notícias, 13/04/2020	25
16. Só uma fábrica em Castelo Branco não está em lay-off, Jornal de Notícias, 13/04/2020	26
17. Crise - Futuro das empresas de segurança privada em risco, Jornal de Notícias, 13/04/2020	27
18. Funcionários judiciais criticam fim do sistema de rotatividade, Jornal de Notícias, 13/04/2020	29
19. Profissionais de saúde são dos mais mal pagos da Europa, Jornal de Notícias, 13/04/2020	30

TELEFONE | **36 MIL ACOMPANHADOS**

Mais de 36 mil doentes com Covid-19 estão em casa em vigilância clínica e a ser acompanhados telefonicamente por equipas de saúde familiar, e 70 mil profissionais inscritos para fazer gestão clínica através da aplicação Trace Covid-19, informou ontem a ministra da Saúde, na conferência de imprensa diária.





PREOCUPAÇÕES DOS PORTUGUESES

Indústria têxtil em dificuldade

ANDRESA PEREIRA*

No distrito de Castelo Branco, só uma empresa de confeções não recorreu ao layoff, uma procedeu ao despedimento coletivo de 60 pessoas e outra enviou os funcionários para casa "sem dar explicação".

"Nas confeções está tudo parado, só uma empresa está na habitual semana de férias da Páscoa, no concelho do Fundão", adiantou Marisa Tavares, presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, à agência Lusa.

No Tortosendo, vila próxima da Covilhã, uma empresa dispensou 60 pessoas e uma outra enviou cerca de 60 trabalhadores para casa, com o argumento de não ter trabalho, "mas sem lhes ser dada uma explicação sobre a sua situação", censurou Marisa Tavares.

"Estamos a trabalhar para tentar suspender os contratos de trabalho, para que possam ter uma fonte de rendimento. O im-



O setor têxtil já está a sentir dificuldades devido à pandemia da Covid-19. A maioria das fábricas aderiu ao regime de layoff, enquanto o setor dos lanifícios já pediu apoio ao Governo para comprar matéria-prima

pacto já é muito significativo. Só não tem um peso maior nos trabalhadores porque, no caso das confeções, cerca de 90% recebe o salário mínimo e não vai ter uma quebra no rendimento", acrescentou Marisa Tavares.

Já o setor dos lanifícios "está a trabalhar" mas José Robalo, presidente da Associação Nacional

MAIOR PARTE DAS FÁBRICAS TÊXTEIS RECORRERAM AO LAYOFF

de Industriais de Lanifícios, pediu ao Governo apoios para que as empresas possam comprar matérias-primas e fazer as roupas da próxima estação, depois de ultrapassada a pandemia. "A coleção outono/inverno não foi entregue. Se não vendi esta estação, como é que vou comprar matéria-prima para fazer a seguinte? Há apoios do Estado que a indústria vai necessitar", defendeu José Robalo. ● *COM LUSA

ENFERMEIROS



Decisão contestada

A bastonária da Ordem dos Enfermeiros, Ana Rita Cavaco, ameaça revelar os nomes dos hospitais que estão a pressionar os enfermeiros para descontarem no período das férias e das horas extraordinárias realizadas, os 15 dias de descanso posteriores a trabalharem 15 dias em turnos de mais de 12 horas. "Aguardamos pelo despacho que impeça essa prática", avançou. ●

ECONOMIA



Contração do PIB

O BPI projeta que o Produto Interno Bruto tenha uma contração de 3,4% este ano, em consequência da paralisação provocada pela pandemia do novo coronavírus, cortando a estimativa anterior de uma expansão de 1,7%. Numa nota de 'research', o banco prevê ainda que a taxa de desemprego suba para 8,2% este ano, face aos 6,4% que estimava antes da pandemia. ●

EMPRESAS



Negócio cai 40%

O volume de negócios da empresa de produtos alimentares congelados Frijobel, sediada em Penela, onde trabalham 205 pessoas, desceu nas últimas duas semanas mais de 40% devido à pandemia de Covid-19. "No mercado português temos cerca de 6000 clientes e alguns milhares estão fechados, nomeadamente na restauração", justificou o diretor-executivo, Paulo Júlio. ●

BOMBEIROS



Mais proteção

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional enviou um ofício ao Governo a exigir proteção prioritária para os profissionais de primeira linha, como é o caso dos bombeiros das associações humanitárias. O STAL responsabiliza o Governo pela "forma descuidada e descoordenada" como foram tratadas as questões relacionadas com a segurança. ●

LIXO



Resíduos em Valongo

João Ferreira, o deputado comunista no Parlamento Europeu, questionou a Comissão Europeia sobre que medidas estão previstas para combater os efeitos perniciosos dos movimentos transfronteiriços de resíduos e a consequente criação de países importadores de lixo, como é o caso de Portugal, designadamente com o aterro de Sobrado, em Valongo. ●

FRANÇA | **MÉDICOS PROCESSAM**

Mais de 600 médicos franceses decidiram meter uma ação em tribunal contra o primeiro-ministro, Édouard Philippe, e a ex-ministra da Saúde, Agnès Buzyn, acusando-os de "mentira de Estado". Em causa está a informação sobre o número de máscaras existentes.





Covid-19. Mais um dia de baixo crescimento de casos na Suécia do sul

Portugal é visto como um exemplo noutros países e o crescimento controlado do número de casos vem reforçar o sucesso das medidas, mas Governo insiste que “a expectativa de regresso à normalidade” terá de ser temperada até à descoberta da vacina.

CARLOS DIOGO SANTOS
carlos.santos@ionline.pt

O crescimento moderado do número de novos casos faz com que Portugal esteja a ser citado na imprensa internacional como um exemplo, mas Governo e especialistas continuam a pedir cautela. O país acordou neste Domingo de Páscoa com a notícia de 504 mortos (mais 34 do que no sábado) e 16 585 infetados (um aumento de 598 casos). Os números são animadores, mas a ministra da Saúde deixou o aviso: “A expectativa de regressar à normalidade terá de ser sempre temperada até à descoberta da vacina por medidas de restrição, de contenção e de prevenção que não podemos [...] eliminar por completo”.

Marta Temido lembrou ainda que no contexto europeu é preciso ter em conta não só a situação nacional, mas também a de outros países, deixando claro que Portugal está longe de ter vencido a guerra contra a covid-19. Fazendo uma referência a outros países – “que optaram por visões muito radicais, ou de deixar tudo

aberto ou de fechar tudo”, e que “não tiveram tão bons resultados” –, Marta Temido frisou que o Executivo português tem tentado uma resposta adequada e equilibrada. Ainda que não esconda o risco de se estarem a tomar decisões para combater a contaminação por um inimigo desconhecido.

OS NÚMEROS ANIMADORES E OS DESFASAMENTOS ENGANADORES
Portugal viu ontem o número de mortes fixar-se nas 504, o que corresponde a um aumento de 7,2% face aos números de sábado. Já o aumento do número de novos infetados foi de 3,7% – do total de 16 585, 1117 estavam hospitalizados (destes, 228 em unidades de cuidados intensivos, o que representa um decréscimo). Quanto às boas notícias, o boletim da Direção-Geral da Saúde deste sábado dava conta de 277 doentes recuperados.

Em Portugal, a taxa de mortalidade situa-se agora ligeiramente acima dos 3%, disparando nas faixas etárias superiores a 70 anos: aí é superior a 10%.



Lisboa continua a liderar com 890 casos, segundo o boletim ontem divulgado, seguindo-se o concelho do Porto com 885. No que toca às unidades de cuidados continuados, revelou ontem Marta Temido, apenas em 21 (a rede nacional conta com 930) se registaram casos (90 doentes confirmados), havendo já nove mortes.

A tendência é, assim, de um crescimento moderado do número de novos casos identificados e de mortes, havendo inclusivamente uma explicação para o pico de novos infetados (mais 1516 doentes) que constava no boletim da última sexta-feira: tratou-se de um desfaseamento no tempo. Ou seja, os dados contemplavam casos antigos que ainda não haviam sido incorporados em nenhum boletim.

“Como não houve nem 1000 nem 1500 amostras positivas nos últimos dias, estávamos perante algo que indicava ser um pico de notificações de casos confirmados e que não estariam, até ontem, notificados no Sinave médico”, explicou a ministra no passado sábado. E acrescentou: “O facto



de o resultado laboratorial estar confirmado na vertente laboratorial não quer dizer que [a informação] já tenha sido integrada na vertente médica, e isto pode traduzir alguma flutuação daquilo que são os nossos números".

Na conferência de imprensa de ontem, Marta Temido assegurou que em Portugal se realizam 9100 testes, em média, por cada dia – e que o dia em que se fizeram mais testes foi quinta-feira passada (perto de 11 900 testes realizados). Destes, apenas 8% deram positivo.

NÃO HÁ TENDÊNCIA DE PROPAGAÇÃO, DIZ DGS: "HÁ FOCOS" Também ontem, a diretora-geral da Saúde, Graça Freitas, explicou que não é possível falar numa tendência nítida de propagação pelas diversas regiões do território nacional, adiantando que o que existem atualmente são focos. "Não há uma unidade territorial que mostre que há bandas do país atingidas. Há focos, e esses focos vão aparecendo e vão sendo controlados", disse, alertando que nenhum local do país está livre de se tornar ele próprio um foco.

Este fim de semana chegaram dois voos com material: um avião fretado pelo Estado para trazer material médico da China, correspondente a doações. A bordo desse Airbus A330-941, fretado à TAP, vinham 700 mil máscaras de proteção respiratória, viséiras e luvas – material que será

Jornal espanhol El País diz que Portugal é a Suécia do sul, dando o país como exemplo

Taxa de mortalidade em Portugal fixa-se ligeiramente acima dos 3%

agora distribuído pelas diversas unidades de saúde públicas. Também nas últimas horas chegou a Portugal outro avião com mais testes, anunciou ontem Marta Temido. "Recebemos um voo com mais 900 mil testes de diagnóstico e 220 mil zaragatoas. Não recebemos ainda os kits de extração, também necessários à realização dos testes, um dos componentes essenciais à realização dos testes", revelou a ministra da Saúde, dizendo esperar que a entrega seja feita ainda esta semana. Mas não só os kits vindos da China estão em falta. A entrega dos 508 ventiladores adquiridos à China está também atrasada.

OS SUECOS DO SUL COM MAIS SUCESSO DO QUE OS DO NORTE O jornal espanhol *El País* publicou este fim de semana um longo artigo no qual desentendeu a expressão de Marcelo Rebelo de Sousa de 2017 para explicar o sucesso diplomático de Portugal, na sequência da escolha de Mário Centeno para liderar o Eurogrupo: "Somos os nórdicos

do séc. XXI porque temos essa vocação de dialogar com países muito diferentes".

Mas o artigo, com o título "Portugal, os suecos do sul", vai mais longe ainda e diz que, com menos recursos, o país está a fazer mais e melhor do que os nórdicos, graças às suas previsões, planos de controlo atempados e união política.

"No momento, os dados lusos são muito mais encorajadores do que os de França, Reino Unido, Alemanha, Holanda, Bélgica ou Suíça, considerados exemplos da suposta efetividade, disciplina e racionalidade do norte da Europa". Mais, lembra o diário daquele país, Portugal tem metade das mortes da Suécia e muito a ensinar ao norte da Europa. "Portugal está a fazer melhor do que muitos países, embora a situação não seja ideal", termina, dando conta do que os médicos e especialistas têm referido sobre a falta de planeamento para os lares e de material no Serviço Nacional de Saúde, incluindo testes.

Taxa de mortalidade em Portugal situa-se ligeiramente acima dos 3% mas dispara se se analisar apenas a população mais idosa

PATRICIA DE MELO MOREIRA/AP



1,50 € // Segunda-feira, 13 abril 2020 // Ano 10 // Diário // Número 3186 // Diretor: Mário Ramires // Dir. exec.: Vítor Rainho // Dir. exec. adjunto: José Cabrita Saraiva // Subdir. exec.: Marta F. Reis // Dir. de arte: Francisco Alves

PUB

inevitável

HERÓIS ANÓNIMOS

“Quando ultrapassarmos isto estaremos exaustos”

Pedro Freire é médico e já pensa nas listas de espera que estão a avolumar-se devido à pandemia

Outros heróis anónimos – um talhante, um porteiro e um estafeta da Glovo – contam as histórias de profissões que não podem parar // PÁGS. 14-15

Chamadas às 3 da manhã, cobre roubado e choques de 10 mil volts

UM DIA COM OS PIQUETES DE URGÊNCIA

“Somos o INEM da eletricidade”

// PÁGS. 10-13



Renata Gonçalves

Covid-19. Mais um dia de aumento controlado na “Suécia do sul”

Apesar do baixo número de casos, Marta Temido avisa: “A expectativa de regresso à normalidade terá de ser temperada até à descoberta da vacina” // PÁGS. 2-3

HELENA PILSAS (EMBAIXADORA DA SUÉCIA EM PORTUGAL) E A RESPOSTA DO SEU PAÍS À PANDEMIA:

“A nossa maneira de pensar apela muito à responsabilidade individual”

// PÁGS. 18-19



Compras online. Consumo aumentou mas burlas também

// PÁGS. 20-21

Boris Johnson tem alta hospitalar e agradece “ao Luís de Portugal”

// PÁG. 7

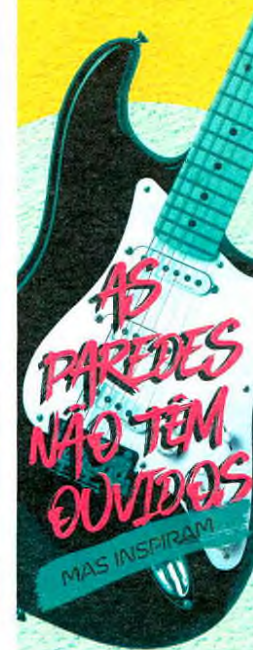
Concertos. O cancelado, o adiado e o que se mantém igual

// PÁGS. 24-26

Projeto Open Air. Ventilador low-cost envolve portugueses que trabalham para a F1

// PÁGS. 16-17

EDP LIVE BANDS



AS PAREDES NÃO TÊM OUVIDOS MAS INSPIRAM

Aproveita a tua energia para ensaiar o que vais tocar no palco

Inscribe-te já

edplivebands.edp.com

edp



EDITORIAL

O “milagre português” e as incógnitas que preocupam os pais



**José Cabrita
Saraiva**

Os números da evolução da pandemia de covid-19 entre nós são encorajadores e muitos olham hoje para Portugal, que tantas vezes foi o patinho feio da Europa, como um país-modelo no combate à doença. Na última semana, órgãos internacionais de grande prestígio como o *New York Times*, o *El País* ou o *Der Spiegel* dedicaram-nos artigos elogiosos. O *Le Figaro* falou até no “milagre português”.

Mas mesmo estando as coisas a correr bem, não é altura para relaxar. Se, na frente de combate à doença, a pressão é menor, então há que começar a preparar o pós-pandemia, há que tentar descobrir maneiras de evitar a tempestade económica e social duríssima que se forma no horizonte.

De forma certa, António Costa disse há poucos dias que “ficaria desiludido se só pudesse contar com o BE e o PCP nas vacas gordas”. Mas a realidade é mesmo essa: os referidos partidos sempre foram muito bons a reivindicar, se não a exigir – mais salários, mais direitos, mais condições, mais despesa do Estado. Ao fazê-lo, desempenham um papel essencial, mas, neste momento, o que se exige é outra coisa: descortinar como pôr novamente a economia a funcionar, como garantir que as empresas não fechem, como salvar milhares de empregos em risco.

Para já, há um sinal muito preocupante. Não havendo mais aulas este ano letivo para os alunos até ao 10.º ano, pelo menos um dos pais terá de continuar em casa a prestar assistência aos filhos a tempo inteiro.

Talvez não houvesse alternativa, mas será preciso contabilizar muito bem o que se perde em termos de força de trabalho. Poderão as empresas dispensar o contributo desses trabalhadores? Poderão eles próprios prescindir de rendimento e continuar a receber apenas 66% do salário? Não será inevitável que as empresas comecem a preferir trabalhadores descomprometidos e sem filhos? Tudo isto são incógnitas que preocupam os pais. Mas deveriam preocupar também o primeiro-ministro e outros responsáveis políticos pois, caso contrário, podemos ganhar agora ao coronavírus só para sermos derrotados pela crise mais tarde.

Restaurantes de Braga pedem alargamento do lay-off

COVID-19 A União de Restaurantes de Braga de Apoio à Covid-19 (URBAC 19) defendeu, ontem, uma adaptação do lay-off ao setor e pediu que o Governo assuma o pagamento integral dos salários e isente empresas de contribuições para a Segurança Social e IRS. A realidade, “de quase paralisia”, do setor foi retratada pelo movimento em reunião, por videoconferência, com os deputados do PSD de Braga, Firmino Marques e Jorge Paulo Oliveira. Segundo um inquérito do movimento, 24,1% dos restaurantes estão fechados e sem apoios, 38,9% em lay-off total, 20,4% parcial e 12% com take-away. **L.M.**



Reajustes podem custar seis milhões por mês ao Estado

Contas feitas por fiscalistas se todos os clubes da Liga optassem por reduzir 50% aos salários

IMPOSTOS Vários fiscalistas ouvidos pela agência Lusa estimam que o Estado poderia perder até seis milhões de euros por mês em receitas se todos os clubes da Liga optassem por cortar 50% dos salários durante a pandemia da Covid-19.

“Na última época, foram pagos quase 230 milhões a jogadores e técnico e um corte de 50% durante três meses pode representar uma poupança a rondar os 30 milhões. Com a consequente redução do IRS, admitindo taxas marginais a

rondar os 48% e a Segurança Social, estaremos a falar à volta de cinco milhões de euros por mês”, diz Samuel Almeida, especialista em Direito Fiscal da sociedade de advogados Vieira de Almeida.

José Maria Montenegro, da Moraes Leitão, estima perdas de seis milhões. “As receitas mensais para a Segurança Social ascendem a 2,5 milhões de euros e uma queda de 50% determina que somemos mais 1,25 aos 3,5 milhões de IRS. E mais um milhão como a redução para metade as operações geradoras de IVA”, disse. ●



RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS

Governo às cegas nos acordos extrajudiciais

O Ministério da Economia assume que “o IAPMEI não efetua qualquer tipo de controlo” ao sucessor do SIREVE, pelo que “são desconhecidos se e quantos acordos RERE terão sido celebrados”.

Mais de dois anos após o arranque do Regime Extrajudicial de Recuperação de Empresas (RERE), que substituiu o seu antecessor SIREVE, o Ministério da Economia assume que não consegue fazer um balanço sobre a aplicação desta alternativa legal ao Processo Especial de Revitalização (PER).

“São desconhecidos se e quantos acordos RERE terão sido celebrados”, afirmou fonte oficial do gabinete do ministro Siza Vieira em resposta ao Negócios. Isto porque, “no âmbito das suas atribuições, o IAPMEI não efetua qualquer tipo de controlo dos acordos encetados e eventualmente concluídos no quadro do RERE, uma vez que, à semelhança do SIREVE, o sistema é caracterizado pela confidencialidade”, justificou.

“Preocupa-nos que se diga que o IAPMEI não efetua qualquer tipo de controlo dos acordos encetados devido à natureza confidencial do RERE”, começou por reagir José Alvarenga, líder da Comissão Instaladora da Associação de Mediadores de Recuperação de Empresas, profissionais que contestam o facto de, até ao momento, registarem “atividade zero” neste sistema.

Ora, acontece que, “embora a confidencialidade da negociação e do conteúdo do acordo seja uma das características mais relevantes deste regime, importa dizer que esta confidencialidade comporta limites”, ressaltou José Alvarenga.

Desde logo, “sempre que a Segurança Social ou a Autoridade Tributária sejam credores, e isso acontece na grande maioria dos casos, são obrigatoriamente informados pela empre-



O sistema é caracterizado pela confidencialidade. São desconhecidos se e quantos acordos RERE terão sido celebrados.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Existem fontes de informação suficientes para o Estado, o IAPMEI ou outro organismo controlarem os acordos negociados e realizados.

JOSÉ ALVARENGA

Líder dos Mediadores de Recuperação de Empresas



sa do protocolo de negociação e do acordo”, explicou, adiantando que “a confidencialidade também cessa em razão dos efeitos ditos processuais”.

E, finalmente, caso o RERE tivesse já contado com a participação de Mediadores de Recuperação de Empresas (MRE), registre-se que estes “têm o dever de comunicar ao IAPMEI o encerramento do processo para o qual tenham sido nomeados”. Ou seja, afirmou o mesmo dirigente associativo, “existem fontes de informação suficientes para o Esta-

do, o IAPMEI ou outro organismo controlarem os acordos negociados e realizados”.

De resto, perante a resposta do Ministério da Economia, “somos levados a entender que, de momento, ninguém dirige ou controla o sistema RERE-MRE”, concluiu o líder da comissão instaladora dos 30 mediadores de recuperação de empresas. Uma situação que, defendeu, “importa resolver”, pois as empresas em dificuldades económico-financeiras precisam de aceder com facilidade a mecanismos de reestruturação que sejam ágeis e funcionem com eficácia e eficiência”.

Afinal, “quem tem a responsabilidade de dirigir, monitorizar, rever e melhorar continuamente o sistema RERE-MRE?”, questionou. Pediu “atenção para o assunto e liderança”, considerando que “a crise económica provocada pela covid-19 dá um novo sentido de urgência a esta questão”.

Já em relação à atividade zero no sistema RERE-MRE, o Ministério da Economia alegou que um acordo celebrado neste regime “não está dependente” da intervenção de um mediador, e que a sua nomeação “está dependente de uma prévia solicitação explícita da empresa” que queira iniciar um processo RERE.

Para Alvarenga, “o que é realmente importante é saber-se como é que o sistema RERE-MRE vai responder” à profunda crise decorrente da atual pandemia. “Como se vai ajudar as empresas em dificuldades económico-financeiras? Se for com o sistema RERE-MRE, quem vai dinamizar esse sistema?” ■

RUI NEVES

MERCADOS



António Mexia vai estar na assembleia geral da EDP de forma remota. A assembleia será telemática.

COTADAS

EDP estreia assembleia virtual dos “grandes”

Os tempos são de emergência e, por isso, com confinamento decretado as assembleias gerais vão sendo feitas à distância. A prova de fogo é, no entanto, feita esta quinta-feira, com a reunião da EDP. É das cotadas com mais participantes e este ano só por via remota.

ALEXANDRA MACHADO
amachado@negocios.pt

Trés desconvocadas, uma novamente marcada, várias exclusivamente telemáticas, e algumas já a apontar para finais de maio. É este o panorama das assembleias gerais que se realizam nesta altura para aprova-

ção de contas e, em alguns casos, para eleger novos órgãos sociais e distribuir dividendos.

A primeira prova de fogo em relação às assembleias exclusivamente telemáticas, ou seja, virtuais vai acontecer já esta quinta-feira com a reunião magna da EDP, uma das cotadas com maior número de acionistas minoritários. Os particulares tinham, no final de 2019, 6% do capital da elétrica

As assembleias gerais da EDP reúnem sempre muitos participantes, que, este ano, terão de marcar

30

DATA LIMITE

O Governo determinou a possibilidade das assembleias gerais anuais de serem realizadas até 30 de junho de 2020.

presença de forma virtual. A EDP foi, aliás, das poucas a usar a recomendação da CMVM para, já depois da convocatória inicial, alterar o perfil da reunião. Inicialmente marcada para 16 de abril no auditório da sede da empresa em Lisboa, foi, posteriormente (a 3 de abril) determinado que a reunião vai realizar-se “exclusivamente através de meios telemáticos”, adaptação feita por estar “vedada por lei a presença física de acionistas e respetivos representantes nas instalações da EDP”. Nesse com-

plemento à convocatória, o presidente da mesa da assembleia geral, Luís Palha da Silva, explica que “atenta a incerteza sobre a duração temporal do atual contexto de saúde pública, a EDP entende não dever promover o adiamento da realização da assembleia geral anual”. Os acionistas devem apresentar as questões que queiram fazer na assembleia por escrito até dois dias antes da reunião. O voto, por correspondência ou eletrónico, deve ser feito até 13 de abril, segunda-feira. “Cabe ao presidente da mesa ve-



Miguel Baltazar

“

Atenta a incerteza sobre a duração temporal do atual contexto de saúde pública, a EDP entende não dever promover o adiamento da realização da assembleia geral anual.

CONVOCATÓRIA DA EDP

Verificou-se uma redução significativa de intenções de participação na assembleia geral.

CORTICEIRA AMORIM
Comunicado no qual explica a desconvocação da assembleia

”

rificar a autenticidade e regularidade dos votos exercidos por correspondência, por via postal ou por via eletrónica, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação, considerando-se que esses votos valem como votos negativos em relação a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos”.

Num guia feito pela sociedade de advogados MLGTS, é realçada a necessidade dos meios escolhidos permitirem “assegurar a autenticidade e a segurança das comunicações; e o registo integral da reunião, do seu conteúdo e dos respetivos intervenientes”.

Quanto aos votos eletrónicos, têm de ser expressos dias antes das assembleias. A REN permite que seja alterado na assembleia, mas só no caso em que o sentido de voto foi expresso antes. Conforme se lê na convocatória da REN, “os acionistas que tenham exercido o seu direito de voto previamente à assembleia poderão, contudo, alterar o sentido do seu voto no decurso da reunião”.

Situação inédita

Houve já a desconvocação de duas assembleias gerais precisamente porque as duas emittentes consideraram não estar reunidas as condições. A Jerónimo Martins fez saber que entendeu “não estarem, assim, reunidas as condições para que a assembleia geral possa decorrer”, até porque, apesar de ter incentivado o exercício do direito de voto à distância, até à data limite “vários acionistas, que manifestaram a intenção de participar na assembleia geral, não declararam pretender fazê-lo por correio eletrónico”. A JM ainda não marcou nova data, tal como a Corticeira Amorim que desconvoçou a sua assembleia - prevista para 20 de abril - porque se verificou uma “redução significativa de intenções de participação”, com “alguns acionistas e respetivos intermediários financeiros” a manifestarem “dificuldades e receios, nomeadamente quanto à oportuna formalização da documentação necessária, à credenciação e participação na assembleia e à realização em condições adequadas”.

No guia da MLGTS, a sociedade de advogados alerta para a necessidade de se garantir a possibilidade de intervenção de todos os acionistas e garantir a verificação da identidade dos participantes, tal como a gravação integral.

A ATM, que representa os acionistas minoritários, pede “simplificações substanciais em relação à lei atual, a fim de possibilitar as assembleias gerais por outros meios que não a participação presencial, mesmo que os estatutos da sociedade não o previam”. ACMVM emitiu já uma recomendação em relação às assembleias gerais para que fossem feitas, preferencialmente, à distância, nos casos em que os estatutos o permitam.

A AEM - Associação dos Emittentes acredita, segundo diz ao Negócios o seu diretor executivo Abel Sequeira Ferreira, que “as reuniões estão a decorrer com normalidade”, pelo que, “com a informação disponível até este momento, não nos parece necessário fazer ajustamentos”.

As assembleias podem decorrer, este ano, até 30 de junho. ■

TOME NOTA

Quando e como vão ser as assembleias gerais das cotadas?

A maior parte das assembleias gerais estão a ser marcadas para se realizarem unicamente por via virtual. Há no entanto exceções. Este ano as assembleias gerais podem ser realizadas até 30 de junho, de forma excecional.

EDP - 16 ABRIL

Em momento inicial ainda previa uma reunião mista, mas depois foi mudada para ser exclusivamente telemática. Os acionistas devem apresentar as questões por escrito até dois dias antes, ou seja, até às 23h59 (GMT, que está com uma hora a mais de Portugal) de 14 de abril, terça-feira. O voto, por correspondência ou eletrónico, deve ser feito até 13 de abril. Os acionistas inscritos e habilitados deverão ter acesso à transmissão em direto ao vídeo e ao áudio da reunião, através de uma hiperligação.

GALP - 24 DE ABRIL

A Galp realiza a assembleia por via telemática, permitindo que os acionistas inscritos votem, eletronicamente, até à véspera da reunião.

CTT - 29 DE ABRIL

Os Correios alteraram a data da assembleia de 21 de abril para 29, prevendo realizá-la agora por via virtual. A empresa optou por desconvoçar a primeira reunião e fazer nova convocatória para 29, podendo os acionistas votar eletronicamente até 26 de abril, mas tendo datas anteriores para inscrição e pedido de formulário de votação. A Jerónimo Martins e a Corticeira Amorim desconvoçaram as assembleias, mas ainda não marcaram nova data.

SONAE COM E SONAE CAPITAL - 29 DE ABRIL SONAE E SONAE INDÚSTRIA 30 DE ABRIL

As várias empresas do universo Sonae estão a optar por realizar as assembleias, unicamente de modo virtual, através do Microsoft Teams, dizendo aos acionistas os requisitos técnicos que têm de ter. A participação não pode ser feita via telemóvel. As votações têm de chegar três dias antes, mas depois de terem, em momento anterior, expressado intenção de participar na assembleia.

ALTRI, RAMADA E COFINA - 30 DE ABRIL

As três sociedades que partilham o núcleo acionista (que detém a Cofina, dona do Negócios) - vão realizar as assembleias dia 30 de abril, de forma presencial, garantindo, no entanto, que vão ser tomadas medidas “que visem conter a disseminação do vírus entre os participantes pelo que a sociedade assegurará o distanciamento de lugares dos participantes e a desinfecção de materiais e instalações utilizados”.

REN - 7 DE MAIO

Será feita por via exclusivamente telemática. Determina que os acionistas votem antecipadamente, só assim podem alterar o sentido de voto em assembleia. Os votos por correspondência devem chegar até às 23:59 (GMT) do dia 5 de maio de 2020, mas para votar em plataforma eletrónica têm até às 23:59 horas (GMT) do dia 6 de maio.

NAVIGATOR - 28 DE MAIO

SEMAPA - 29 DE MAIO

Está prevista que as reuniões se realizem presencialmente, mas, diz a convocatória, “se à data se verificarem condições legais e de saúde pública para o efeito”. Ainda assim, tomarão medidas, nomeadamente em relação ao “distanciamento de lugares dos participantes, a ausência do serviço de catering e a desinfecção de materiais e instalações utilizados”, admitindo disponibilizar um acesso áudio durante os trabalhos e um webcast para visualização remota da apresentação do presidente da comissão executiva.

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 13 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4221 | € 2,50
 Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Publicidade

Como as empresas estão a salvar a tesouraria

20 dicas para aumentar o dinheiro em caixa

Linhas de crédito com novo valor máximo e mais tempo para pagar

Nos corredores do poder já se admite recessão de 10%



GUIA PARA O REGRESSO ÀS AULAS

Número real de infetados deverá ser cinco vezes superior

PRIMEIRA LINHA 4 a 14

Mark Gabrenya/Getty Images



Na biblioteca dos CEO

O Negócios estreia hoje uma nova rubrica. Ao longo de três semanas os gestores vão recomendar um livro. O primeiro é Miguel Maya, presidente executivo do BCP.

ÚLTIMA 32

EDITORES GRÁFICAS QUIOSQUES DISTRIBUIDORA

SOMOS ESSENCIAIS!

TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

Autoestradas

Pedidos de compensação avançam depois de junho

Limite que o Governo quer impor às concessionárias ainda está por definir.

EMPRESAS 16 e 17

Cotadas

EDP estreia assembleia virtual dos "grandes"



Reunião de acionistas da elétrica liderada por António Mexia na quinta-feira será telemática.

MERCADOS 18 e 19

Investidor privado

As aplicações e a etiqueta para sobreviver à epidemia das videochamadas

Uso de apps disparou com a pandemia. Conheça as regras e os conselhos de segurança.

SUPLEMENTO



AUTOESTRADAS

Pedidos de compensação avançam depois de junho

O tráfego nas autoestradas está reduzido a menos de 20% do que era antes da pandemia, mas só dentro de dois meses as concessionárias terão condições para reclamar compensações. O limite que o Governo pretende impor a esse direito está ainda por determinar.

MARIA JOÃO BABO
mbabo@negocios.pt

Com a queda do tráfego nas autoestradas nacionais a estabilizar em torno dos 80% a 82% devido ao impacto do novo coronavírus, as concessionárias, como a Brisa, já comunicaram aos concedentes – Instituto da Mobilidade e dos Transportes e Infraestruturas de Portugal (IP) – a ocorrência de caso de “força maior” – que têm de fazer no prazo de 30 dias – mas só a partir de junho é que começarão a pedir compensações ao Estado.

Se neste momento não conseguiram ainda demonstrar as perdas incorridas, há também muitas dúvidas sobre o alcance das limitações definidas no decreto presidencial que prolongou o Estado de Emergência no país. O decreto determinou que “podem ser temporariamente modificados os termos e condições de contratos de execução duradoura ou dispensada a exigibilidade de determinadas prestações, bem como limitado o direito à reposição do equilíbrio financeiro (REF) de concessões em virtude de uma quebra na respetiva utilização decorrente das medidas adotadas no quadro do Estado de Emergência”. Ou seja, no entender de juristas contactados pelo Negócios, o Executivo pode não estar só a preparar regulamentação que limite o direito das concessionárias a serem compensadas pela perda de tráfego, como dá margem para que a própria IP, nas concessões como ex-cust que são remuneradas por disponibilidade, não tenha de pagar na totalidade os valores contratados durante este período.

Dúvidas constitucionais

Ao Negócios, Tiago Duarte, professor de direito constitucional e administrativo da Universidade Católica, considera a possibilidade de limitar o direito de REF prevista no decreto presidencial “deslocada” por entender que “as medidas tomadas ao abrigo do Estado de Emergência devem ser dirigidas ao combate à pandemia”, e neste caso “não existe essa relação direta”.

Por outro lado, salienta, os contratos de concessão celebrados preveem cláusulas de alteração de circunstâncias, não podendo o Estado unilateralmente decidir que elas não se aplicam. Em seu entender, é “duvidoso que isso respeite a Constituição”, até porque há princípios constitucionais como o de segurança jurídica ou da confiança que não foram restringidos na atual situação. Também a criação de legislação específica, determinando limites aos direitos de REF dos contratos, criará novo problema ao Estado, diz o professor da Católica, explicando que alterações jurídicas de caráter específico dão, elas próprias, direito ao reequilíbrio.

Para Tiago Duarte seria preferível ao Estado, quando esta crise terminar, acordar com as concessionárias uma compensação pela alteração de circunstâncias pela equidade, o que significaria uma repartição justa entre as partes dos impactos que a covid-19 teve sobre o tráfego. Caso contrário, o resultado será a litigância.

Apesar de as diferentes concessionárias terem já comunicado a ocorrência de um caso de força maior, só a Brisa o anunciou oficialmente na passada quinta-feira. Em comunicado, a concessionária disse estar a avaliar os potenciais impactos deste caso de força maior, assim como das medidas que têm vindo a ser tomadas pelas autoridades, nomeadamente “ao nível de



As concessionárias de autoestradas têm visto cair o tráfego e admitem ser compensadas por extensão dos prazos dos

obrigações contratuais cujo cumprimento possa vir a ser impedido ou dificultado e, bem assim, dos direitos, legais e contratuais, que lhe assistem face ao expectável decréscimo nos níveis de tráfego resultante dessas medidas”.

A legislação obriga a que um pedido de REF tenha de ser acompanhado pela demonstração das perdas incorridas, sendo que uma comissão de negociação demora cerca de um ano a decidir. ■

Associação europeia pede medidas a Bruxelas

A ASECAP - Associação Europeia de Autoestradas, Túneis e Pontes com Portagem escreveu uma carta à presidente da Comissão Europeia pedindo medidas extraordinárias devido ao impacto do novo coronavírus, que permitam manter o setor financeiramente viável e capaz de cumprir as suas obrigações junto de financiadores, fornecedores e trabalhadores. A ASECAP quer que a Comissão declare a pandemia caso de “força maior”, de forma a facilitar que os governos nacionais avancem com duas medidas: auxílios financeiros temporários e o reequilíbrio dos contratos quando a crise chegar ao fim.

82

TRÁFEGO

As restrições impostas à circulação levaram a uma queda, em termos médios, do tráfego nas autoestradas da ordem dos 80% a 82%.

15

ESPANHA

Espanha reconheceu que concessionárias têm direito a REF, que disse será por extensão do prazo de duração inicial até um máximo de 15%.

Luís Forra/Lusa



contratos.

“

A BCR está a avaliar (...) os direitos, legais e contratuais que lhe assistem face ao expectável decréscimo nos níveis de tráfego.

BRISA CONCESSÃO RODOVIÁRIA
Comunicado

“

Limitar direitos indemnizatórios não tem relação direta com o combate à pandemia.

TIAGO DUARTE
Professor de direito constitucional e administrativo da Católica

negócios

negocios.pt

Segunda-feira, 13 de abril de 2020 | Diário | Ano XVI | N.º 4221 | € 2,50
Diretor **André Veríssimo** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

Publicidade

Como as empresas estão a salvar a tesouraria

20 dicas para aumentar o dinheiro em caixa

Linhas de crédito com novo valor máximo e mais tempo para pagar

Nos corredores do poder já se admite recessão de 10%



GUIA PARA O REGRESSO ÀS AULAS

Número real de infetados deverá ser cinco vezes superior

PRIMEIRA LINHA 4 a 14

Mark Gabrenya/Getty Images

EDITORES GRÁFICAS QUIOSQUES DISTRIBUIDORA
SOMOS ESSENCIAIS!
TAMBÉM ESTAMOS NO COMBATE À PANDEMIA

Autoestradas
Pedidos de compensação avançam depois de junho

Limite que o Governo quer impor às concessionárias ainda está por definir.

EMPRESAS 10 e 17

Cotadas
EDP estreia assembleia virtual dos "grandes"



Reunião de acionistas da elétrica liderada por António Mexia na quinta-feira será telemática.

MERCADOS 18 e 19

investidor privado
As aplicações e a etiqueta para sobreviver à epidemia das videochamadas

Uso de apps disparou com a pandemia. Conheça as regras e os conselhos de segurança.

SUPLEMENTO



Na biblioteca dos CEO

O Negócios estreia hoje uma nova rubrica. Ao longo de três semanas os gestores vão recomendar um livro. O primeiro é Miguel Maya, presidente executivo do BCP.

ÚLTIMA 32

A COR DO
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Marcelo, Costa e os “body bags”

No início foi o choque: a gravidade da situação, a falta de informação, a falta de preparação, o atraso na prevenção... Tudo isto impediu uma análise sobre o que estamos a viver. Mas agora que a epidemia já vai em 4 semanas, e com a poeira a assentar, é mais fácil traçar um retrato. Ou vários retratos...

Vamos ao mais importante. A forma como o 1º ministro e o Presidente da República estão a tratar o assunto mostra uma coisa: o medo dos “body bags”. Ou, se o leitor quiser, dos caixões. António Costa e Marcelo Rebelo de Sousa receiam que a situação se descontrole e que isso provoque um disparo das mortes (à la es-

panhola e à la italiana).

É uma preocupação legítima? Claro. Um cenário à italiana ou espanhola daria cabo do SNS (onde se subinvestiu na última legislatura) e colocaria em cheque o governo. No fim-de-semana, o 1º ministro chegou a dizer que enquanto houver risco de podermos ter uma recaída, não haverá regresso à normalidade... da economia. Ou seja, as empresas continuarão fechadas. E aqui está o problema: aceita-se que Marcelo e Costa tenham pavor das mortes (a propósito, antes do 25 de abril também era assim...). Mas começa a ficar demasiado evidente que a economia não

vai aguentar a paragem para que apontam Belém e São Bento. Há um milhão de pessoas em lay-off e os primeiros estudos mostram uma quebra brutal de rendimento das famílias (1/3). Fora o desemprego, “strictu sensu”, que já está a subir...

Para já, tanto Marcelo como Costa podem fazer este papel. Mas daqui a um mês, quando a catástrofe económica estiver à vista, as opções terão de ser outras: a economia em primeiro. E isso já deveria estar a ser anunciado ao país. ■

Artigo em conformidade com o novo
Acordo Ortográfico



CAMILO
LOURENÇO

**“A forma como
o 1º ministro e o
Presidente estão
a tratar o assunto
mostra o medo
dos ‘body bags’.”**

PÁGINA 27



Qualidade do álcool em gel à venda em Portugal não é testada

Ana Henriques,
Sónia Trigueirão

Nenhum organismo do Estado está a testar em laboratório a qualidade do álcool em gel à venda em Portugal. A função caberia em princípio à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), cujo laboratório está, porém, virado para a análise dos géneros alimentares.

Outras entidades oficiais fiscalizam aspectos como a conformidade da rotulagem, a documentação e a proveniência deste tipo de produto – mas não se a composição do produto obedece aos mínimos exigidos para proteger os consumidores contra o novo coronavírus.

De acordo com a associação de defesa do consumidor Deco Proteste, os antissépticos em gel apenas são eficazes se o conteúdo em álcool for superior a 60%. Já a Organização Mundial de Saúde aconselha até 80% de álcool, muito embora avisando que os géis são menos eficazes do que os líquidos. Uma operação desencadeada pela Interpol no início de Março passado e denominada Pangea deteceu em 90 países 34 mil artigos e produtos médicos ilegais destinados à protecção contra a pandemia, incluindo gel desinfetante das mãos.

Apesar de estar vocacionado para géneros alimentares, o laboratório da ASAE pode sempre recorrer a congéneres externos, se quiser testar outros produtos que não esteja certificado para analisar, explica o principal responsável desta entidade, Pedro Portugal Gaspar. Porém, não o fez até agora: “Ainda não estivemos muito focalizados nisso, temos estado mais focados no lucro ilegítimo.” A ASAE tem levado a cabo operações destinadas a detectar especulação neste e noutros produtos relacionados com a pandemia, como as máscaras.

“Não sei se temos essa valência. As análises feitas no laboratório são precedidas por um conjunto de certificações”, acrescenta o inspector-geral. Questionado sobre se não considera

grave que não esteja a ser testado um produto destinado a proteger os consumidores, Portugal Gaspar responde que pode não haver sequer um laboratório público certificado para o efeito. Seja como for, adianta, grande parte deste tipo de consumíveis, como as máscaras, têm certificação CE. O símbolo CE é colocado pelo próprio fabricante ou importador na UE, mas há produtos com a marca que não são seguros e o contrário também pode acontecer.

Sucedendo ainda que na passada semana, e devido à escassez de determinados dispositivos médicos e equipamentos de protecção individual, passou a ser permitida na Europa a importação de determinados produtos sem o selo CE, desde que comprovado o cumprimento dos requisitos de segurança, de saúde e de desempenho estabelecidos pela legislação europeia. O PÚBLICO questionou a Direcção-Geral da Saúde – que não respondeu – e a Autoridade Nacional do Medicamento (Infarmed) sobre as garantias de defesa da saúde pública no caso do álcool em gel. Referindo que participa, há largos anos, na operação Pangea, acrescenta que tem também um protocolo com a Autoridade Tributária para que qualquer produto suspeito possa ser analisado/verificado pelos seus técnicos.

“No âmbito da actual pandemia, o Infarmed, a ASAE e o Instituto Português de Qualidade têm, em parceria, apoiado as aquisições para o SNS de dispositivos médicos e equipamentos de protecção individual, apreciando e verificando documentalmente as propostas apresentadas, nomeadamente quanto à conformidade do produto com referencial normativo reconhecido e ou apreciando a credibilidade do circuito de distribuição”, diz o Infarmed. A apreciação quanto à conformidade dos dispositivos cabe aos organismos notificados (entidades independentes) e, no contexto covid-19, aos fabricantes – que devem também garantir a conformidade dos seus produtos com as normas da UE. No caso dos consumíveis sem marcação CE, a demonstração do cumprimento “poderá ser realizada com base em documentos que provem que o produto cumpre as especificações técnicas europeias”.

Assim, a qualidade do álcool em gel não está a ser testada porque as autoridades se baseiam na documentação e certificação dos produtos. Se a documentação obedece aos critérios consideram não haver razão para duvidar da sua qualidade.

abhenriques@publico.pt
sonia.trigueirao@publico.pt



RUI GAUDÊNCIO

A ASAE tem avaliado se há especulação de preços, não a qualidade

Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.946 • 1,30€ • Segunda-feira, 13 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amílcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos



Beatriz Ferreira foi operada à coluna em Novembro. Estava a fazer fisioterapia. Disseram-lhe “que ia ser um bocadinho prejudicial” parar, mas foi o que aconteceu

Prioridade à covid-19 põe em risco doentes não urgentes

Controlo Gel desinfectante para mãos só é eficaz se tiver 60% de álcool. Mas a qualidade destes produtos não está a ser testada

Reportagem Depois de quatro semanas de cerca sanitária, Ovar retoma actividade industrial, mas não sem críticas de empresários

Ensaio “A pandemia e o capitalismo numérico”, pelo filósofo José Gil



Destaque, 2 a 15 • Acompanhe em publico.pt/coronavirus

Ranking Portugal já é a 7.ª melhor democracia do mundo

Aposta no consenso explica a subida do país no relatório V-Dem. Autocracias estão em maioria no mundo p20/22



Paulo Múmia
O fotógrafo que saiu de uma tribo isolada na Amazônia para encontrar o mundo em isolamento

Mundo, 28/29

Morreu Stirling Moss, um dos ícones da Fórmula 1

Britânico tinha 90 anos e fica para a história como “o melhor piloto que nunca venceu um Mundial” p38

Charles Forsman, o autor de BD que deu ouro à Netflix

Entrevista Por trás de *The End of the F***ing World* e *I not Okay with This* há uma mente eléctrica p30/31



SAÍRAM CERCA DE 300 RECLUSOS

Cadeias sem remédios ne

ENFERMARIA No Estabelecimento Prisional de Lisboa já foi pedida medicação para mais de 250 presos que devem ser hoje libertados **RECUSAS**
Os juizes querem analisar processos e já recusaram saídas propostas

TÂNIA LARANJO

Terão sido apenas casos pontuais os reclusos que ontem deixaram as cadeias portuguesas. Depois de no dia de sábado terem sido libertados 289 reclusos, será hoje, segunda-feira, que deverão começar a ser libertados centenas de presos. Os processos já estão nos tribunais de execução de penas e já há ordens nos estabelecimentos prisionais para providenciar as saídas.

Os primeiros problemas já se começaram a notar. Há falta de remédios para entregar aos reclusos que, agora que serão obrigados a manter-se em recolhimento, deveriam levar a medicação que fosse suficiente para pelo menos um mês. Nem sempre tal é possível nas cadeias - "não há medicamentos suficientes", garante Jorge Alves, do Sindicato dos Guardas Prisionais -, o que tem levado a que os reclusos fiquem apenas com receitas, para poderem depois comprar a referida medicação.

Outra situação que está a criar constrangimentos nos estabelecimentos prisionais é a dos reclusos que são libertados e que querem levar de



Centenas de presos deverão começar hoje a ser libertados. Processos já estão nos tribunais de execução e há ordens para providenciar as saídas

imediato o dinheiro que lhes pertence - ou fruto do trabalho ou porque ali foi deixado por familiares. "As cadeias também não têm dinheiro para entregar a todos e isso pode ser problemático", continua o representante sindical.

O CM sabe que esta segunda-feira deverão sair cerca de 300 presos do Estabelecimento Prisional de Lisboa. Sendo assim, foi mesmo pedido à enfermaria que fosse fornecida medicação

para mais de 250 presos que esperam os mandados de soltura ainda durante a manhã.

Recorde-se que os juizes não têm entendido que estas saídas são imediatas. No sábado, por exemplo, foi recusada a saída de um preso que estava numa cadeia na Margem Sul, porque embora só tivesse menos de dois anos de cadeia por cumprir - por um crime que não estava previsto nas exceções -, é suspeito num outro processo por assalto a mutibanco. ●

NOTÍCIA EXCLUSIVA
DA EDIÇÃO EM PAPEL

CORREIO
da manhã

No Estabelecimento Prisional de Lisboa devem sair hoje cerca de 300 reclusos. Mais de 250 levam medicação dada pela cadeia

Reclusos levados em carro da cadeia

E Dezanove presos foram libertados no sábado da cadeia do Funchal e transportados a casa num autocarro de 25 lugares que funciona como viatura de serviço daquele estabelecimento prisional. A denúncia foi feita pelo sindicato. ●



No Estabelecimento Prisional do Funchal foi questionado o transporte dos presos, num veículo do Estado. O Sindicato da Guarda Prisional diz mesmo que se trata de uma ilegalidade.

Dezassete presos saíram do Linho

E Foram 17 presos que no último sábado deixaram a cadeia do Linho. Trata-se de uma cadeia de alta segurança, mas foram apenas abrangidos os reclusos que estavam a cumprir penas por crimes de menor gravidade. ●





m dinheiro



Lei pode abranger até dois mil presos

❑ A nova lei aprovada pelo Governo e promulgada pelo Presidente da República pode abranger 1700 a 2000 reclusos, num universo de 12 729. ●

Saídas de 45 dias só para a semana

❑ As saídas de 45 dias só devem começar para a semana, já que os processos são enviados das cadeias para a Direção-Geral. É preciso o 'ok' do recluso. ●

Três recusaram sair da prisão de Izeda

❑ Três presos recusaram sair da cadeia de Izeda, em Bragança. Alegaram não ter para onde ir e não queriam, no regresso, estar 15 dias de quarentena. ●



Vice do CSM diz que vai correr bem

CSM deu prazo de uma a duas semanas

❑ O vice-presidente do CSM, José Lameira, afirmou que os processos para libertação de presos, após análise de juizes, estariam despachados "no prazo de uma a duas semanas". Disse ainda que o sistema de execução de penas tem "plena capacidade de dar integral cumprimento à lei". ●



Na cadeia do Linho saíram 17 presos no último sábado. Podem sair mais reclusos nos próximos dias. Tudo depende dos juizes ou se a direção da cadeia autorizar saídas de 45 dias



Paulo Pimenta, da Ordem dos Advogados, critica Governo pela imprensa

Advogados criticam Governo

❑ O Conselho Regional do Porto da Ordem dos Advogados disse estar preocupado com o "modo precipitado e pouco cuidado" como está a ser feita a libertação de reclusos e acusa o Governo de falta de "zelo".

"A Ordem estranha que a lei tenha sido publicada de forma tão rápida que não permitiu aos tribunais organizarem o seu corpo de juizes para responder a uma situação absolutamente fora do comum", afirmou, em declarações à Lusa, o presidente do Conselho Regional do Norte, Paulo Pimenta.

Para aquele responsável, a falta de capacidade dos tribunais significa, na prática, que nem todos vão ser libertados na mesma altura, o que "cria uma situação de tensão e de frustração das expectativas dos reclusos", algo que é imputável, não aos tribunais, mas ao poder político, afirma, garantindo que devam estar mais juizes afetos aos tribunais de execução de penas neste momento. ●

NOTA EDITORIAL

O direito de graça

O Governo promulgou a um sábado a lei 9/2020 que corporiza um vasto exercício do direito de graça e vai retirar das cadeias cerca de 2 mil reclusos. Ao contrário do que o Governo e o Presidente da República pretendem, e para que a democracia não esteja realmente suspensa, não é uma lei isenta de polémica. Compreendendo (e subscrivendo) as razões humanitárias que sempre estão subjacentes ao direito de graça, não estão isentos de razão os que criticam a extensão e a oportunidade de publicação desta lei. Aí convergem essencialmente professores de direito e advogados.

É MAIS BARATO PARA OS COFRES DO ESTADO MAS É RARO SER BOM PARA OS CIDADÃOS

Numa tentativa demagógica de eliminar as vozes críticas, o PS desatou a veia censória e foi ao ponto de fazer queixa deste jornal na ERC, ignorando que, não necessariamente no indulto, mas no perdão e na concessão de precárias de natureza administrativa, ou seja, sem intervenção do tribunal de execução de penas, em abstracto sempre será possível que as razões humanitárias possam ser aplicadas também a reclusos, que tendo protagonizado crimes incluídos no catálogo dos que não contemplam perdão, não estarão fora delas. A doença e a idade não escolhem crimes.

Se um homicida de 80 anos for um doente terminal vão deixá-lo morrer penosamente na cadeia!? E nada disto se pode discutir numa sociedade livre e aberta? Ou o direito de interpretação das leis é exclusivo da vocação perversa de alguns senhores deputados e dirigentes políticos, que são sempre exímios em ver as vantagens de casta e nunca as consequências mais incómodas para a sua acção enquanto legisladores? Sobre a lei 9/2020, não tenhamos ilusões, muito há a dizer. Desde logo porque é a mais ampla manifestação do direito de

graça desde a reforma penal de 2007, uma boa parte dela orientada para a gestão do lotado sis-

tema prisional. Com os resultados desastrosos de reincidências que vimos no trágico verão de 2008. Lembremo-nos bem e raramente esqueço a demagogia política. Muito menos o que aprendi com os meus professores, nas poucas aulas a que fui, em particular com Jorge Figueiredo Dias, que toda a vida nos alertou para os riscos de transformar o direito de graça num instrumento de gestão do sobrelotado sistema prisional. Sabemos que é mais barato para os cofres do Estado mas raramente é bom para os cidadãos. ●

EDUARDO DÂMASO
DIRETOR DA SÁBADO

VIANA AINDA SEM SAÍDAS

❑ Na cadeia d e Viana ainda não houve saídas. Os juizes do Tribunal de Execução de Penas estão ainda a analisar os processos. ●

DUAS MULHERES SAÍRAM

❑ Durante a manhã foram libertadas duas mulheres da cadeia de Santa Cruz do Bispo, em Matosinhos. Trata-se de uma cadeia feminina. ●

MAIS DE 50 EM CUSTOIAS

❑ Mais de 50 reclusos saíram ontem da cadeia de Cústias. Os mandados de libertação foram emitidos durante a tarde pelos juizes. ●



ESPECIAL DE 30 PÁGINAS: TUDO SOBRE A PANDEMIA

P.4 A 31, 36 E 48

SÓ 150 MIL ESTÃO IMUNES AO VÍRUS



COSTA NO MERCADO COM UMA LUVA E SEM MÁSCARA

PRIMEIRO-MINISTRO FOI ÀS COMPRAS E LEVOU PEIXE

504 MORTOS
16 585 INFETADOS
277 CURADOS

TEM 29 ANOS, TIROU O CURSO EM LISBOA E MUDOU-SE PARA LONDRES

IDOSOS PODEM FICAR MESES ISOLADOS

“OBRIGADO, LUÍS!”

ENFERMEIRO DE AVEIRO SALVA A VIDA A BORIS JOHNSON. “ESTEVE SEMPRE COMIGO”



ALUNOS CONTRA COBRANÇA DE PROPINAS

PAGAMENTOS EM DINHEIRO CAEM 31%

CRISE LEVA AO ABANDONO DE ANIMAIS

CADEIAS SEM REMÉDIOS NEM DINHEIRO



VIOLÊNCIA DOMÉSTICA P.34

Mulher espancada pelo marido fica dois dias imóvel

AGRESSOR NO HOSPITAL P.32

Mata tio à facada após discussão

EMIÇÃO CANCELADA P.42

TV Fest abre guerra entre artistas





Covid-19. Porque vamos sofrer mais que os outros?

A crise é simétrica porque afeta todos, mas assimétrica, já que os efeitos não são proporcionais. No nosso caso, a perda pode ser maior e os efeitos ampliados.



Cristóvão Norte

1. Porque as vacas nunca voaram. Portugal mantém uma dívida pública elevadíssima, um brutal endividamento de famílias e empresas e uma reduzida taxa de poupança. Tem, por isso, instrumentos menos poderosos para controlar os efeitos económicos da pandemia. O programa de apoio concebido pelo Governo – marcado pelas mais conservadoras opções no que respeita a opções a fundo perdido – é um tácito reconhecimento da fragilidade da nossa posição. Basta comparar com pacotes de apoio de outros países. Menos apoios vão significar maior destruição de capacidade instalada. O nosso ventilador não é suficientemente potente.

2. Porque o endividamento, sobretudo das micro, pequenas e médias empresas, e de muitos empresários em nome individual, conduz a que as linhas de crédito para que estão a ser empurrados sejam um instrumento a que evitam recorrer, pois a não recuperação da procura, de forma vigorosa e rápida, pode ditar definitivamente a sua morte, e muitas vezes, com avals pessoais, o ónus de carregarem um fardo às costas que lhes cerceie o futuro. A variável tempo é crítica. Quanto mais tempo passar, mais vamos sofrer em comparação. A carteira tem menos tostões para aguentar.

3. Porque, se as vacas não voam, as crises também não são assimétricas, ainda que todos os países tenham de lidar com o problema. Quem tem menor poder de fogo resiste com maior dificuldade. Países com menos dívida têm maior margem para resistir. Países com maior grau de autosuficiência, também. Países com um perfil económico constituído por atividades essenciais, que vão recuperar mais rapidamente, melhor ainda. Nós não figuramos em qual-

quer destes três casos. A crise é simétrica porque afeta todos, mas assimétrica, já que os efeitos não são proporcionais. No nosso caso, a perda pode ser maior, e os efeitos ampliados.

4. Porque o que voou, o turismo, animado pela emergência das *low-cost* e a democratização das viagens, sofre um rude golpe, previsivelmente de recuperação tardia. O setor em que mais crescemos é o setor mais afetado pela crise. E o setor que mais emprego criou será aquele que mais desemprego pode não conseguir evitar. Não vamos resistir a epidemias sociais em regiões como o Algarve e a Madeira, fortemente dependentes do turismo. Dois mil e vinte vai registar perdas assustadoras. Logo, a quebra do PIB é maior e, em razão da sazonalidade, os empresários já estão a pensar em 2021. Muitos pensam: não há forma de chegar lá! O Estado tem de ir bem mais longe em setores cuja procura venha a reconstituir-se mais lentamente. Tratar diferente o que é diferente vai ser essencial.

5. Num aspeto muito importante, decisivo mesmo, moral até, não estamos a sofrer mais que os outros, nem se adivinha que venhamos a sofrer mais que os outros, embora haja falhas, algumas delas, neste quadro, dificilmente evitáveis: o direito à saúde na covid-19. Mas ninguém pode esquecer: miséria, pobreza e desemprego são um *cocktail* imbatível para enfraquecer a vida das pessoas, para minar a sua saúde e para serem mais atreitas a desenvolver doenças graves. Isso tem significado no futuro.

6. Porque se é verdade que a covid-19 é, por natureza, igualitária nas vítimas, não distinguindo entre ricos e pobres, religiosos ou ateus, nacionais ou estrangeiros, não é menos verdade – como sempre na História – que distingue, isso sim, na economia, nas condições próprias de cada um. As nossas não são as melhores. Temos de estar cientes disso. Temos de escolher também segundo isso. É um desafio que vai exigir o melhor de nós.

Deputado



Só uma fábrica de confeções a trabalhar em Castelo Branco

EMPREGO No distrito de Castelo Branco, só uma fábrica de confeções não está em lay-off, uma fez o despedimento coletivo de 60 pessoas e outra enviou para casa os funcionários “sem explicações”. “Nas confeções, está tudo parado”, diz a presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, Marisa Tavares.



Só uma fábrica em Castelo Branco não está em lay-off

Uma empresa fechou e outra mandou embora 60 trabalhadores

PANDEMIA No distrito de Castelo Branco, devido à pandemia da Covid-19, apenas uma empresa de confeções não se encontra em lay-off, uma procedeu ao despedimento coletivo de 60 pessoas e outra enviou para casa os funcionários "sem dar explicação".

A informação é adiantada pela presidente do Sindicato Têxtil da Beira Baixa, Marisa Tavares. Segundo a dirigente, "nas confeções está tudo parado, só uma empresa está na habitual semana de férias da Páscoa", no do Fundão.

No Tortosendo, próximo da Covilhã, uma firma dispensou 60 pessoas e uma outra, censura Marisa Tavares, enviou cerca de 60 pessoas para casa, argumentando não ter trabalho, "mas sem lhes ser dada uma explicação sobre a sua situação".

SUSPENDER CONTRATOS

"Estamos a trabalhar para tentar suspender os contratos de trabalho, para que possam ter uma fonte de rendimento", acrescenta a presidente do STBB, segundo a qual este ramo emprega, no distrito, cerca de mil pessoas, enquanto nos lanifícios há 1500 postos de trabalho.

De acordo com a dirigente, "o impacto já é muito significativo". Só não tem um peso maior nos trabalhadores porque, no caso das confeções, "cerca de 90% recebe o salário mínimo e não vai ter uma quebra no rendimento".

O setor dos lanifícios, adianta Marisa Tavares, "está a trabalhar", exceto uma fábrica que aderiu ao lay-off por os parceiros serem sobretudo espanhóis, e uma outra, a Fitecom, com 200 empregados, recorreu à redução temporária do horário. ●



Têxteis passam mau momento

JUSTIÇA



Carrinhas de valores são usadas, por exemplo, no carregamento de multibancos

Empresas temem mais crimes com crise na segurança privada

Já foi suprimida quase metade das rotas de veículos de transporte de valores e há clientes a deixar de pagar por causa da Covid-19

Alexandre Panda
alexandre.panda@jn.pt

PORMENORES

Lay-off para fazer face à crise
Algumas empresas de segurança privada já estão a recorrer ao lay-off simplificado para fazer face à quebra de faturação e à supressão de rotas de transporte de dinheiro.

Equipamento de proteção
Embora o setor também se debata com a ameaça de esgotamento de stocks, a Associação de Empresas de Segurança garante que têm estado a ser fornecidos equipamentos de proteção individual aos funcionários.

CRISE Mais de 40% das rotas dos veículos de transporte de valores já foram suprimidas desde o início da pandemia da Covid-19, levando as empresas de segurança a temer pelo futuro. Há firmas a cancelar contratos de prestação de serviços de vigilância e a Associação de Empresas de Segurança (AES), liderada por Rogério Alves, admite que a situação é um convite à criminalidade, pelo que já propôs ao Governo medidas de emergência.

Todos os dias, as empresas estão a perder clientes. Com a supressão de rotas, empresários e comerciantes que mantêm a atividade são obrigados a guardar dinheiro vivo ou a transportá-lo até às instituições bancárias. “A interrupção dos serviços de transporte de valores equivale à suspensão da recolha de numerário, o que, por sua vez, resultaria na concentração de avultados montantes por tempo excessivo e indeterminado, com o cortejo de inconvenien-

tes e riscos que daí derivam”, explica ao JN o presidente da AES, Rogério Alves, que propôs ao governo uma série de medidas para travar uma eventual subida do número de crimes.

“SERVIÇOS MÍNIMOS”

“A eventual diminuição dos serviços de segurança é um convite à criminalidade, nomeadamente ao furto e ao roubo em locais que, por razões que são do conhecimento público, estão devolutos por tempo indeterminado. Deviam ser promovidos serviços mínimos que garantam a segurança desses edifícios devolutos, para além dos demais. Sabendo-se que é impossível ter um polícia em cada esquina, a prevenção passa pela segurança privada” assegura.

A proposta apresentada pela AES ao Governo e concertação social visa “acautelar, a bem de toda a comunidade, que as medidas tomadas pelo Governo não ocasionem a paralisação total da atividade das empresas de segurança privada que, neste momento de emergência, tanto podem ajudar as forças e

serviços de segurança, relativamente às quais têm, aliás, uma função complementar, nos termos da lei”. O JN sabe que as propostas pretendem equiparar, por exemplo, as carrinhas de transporte de valores a veículos de emergência e que seja acautelada a circulação de vigilantes e seguranças.

A supressão de 40% das rotas no transporte de valores é outro problema que enfrentam as empresas de segurança. Há clientes que rescindiram os serviços, pouco depois de ter sido decretado o estado de emergência. “O impacto está a ser enorme, quer no transporte de valores, em que os serviços só são cobrados se e quando são executados, quer nos restantes serviços de segurança, face à degradação das condições financeiras dos clientes”, explica a AES.

“Mesmo quem continua a contratar serviços de segurança, por deles não poder prescindir, passou a ter muitas dificuldades em pagar esses mesmos serviços, o que, evidentemente, se repercutirá nas empresas prestadoras desses mesmos serviços”. ●

SOLTOS PELO VÍRUS

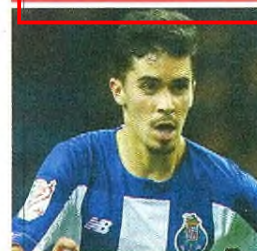
Mãe de David Martins, que cumpria pena em Custóias, corre para abraçar o filho à saída da cadeia



JOE CALANO / GLOBAL IMAGES

Crise
Futuro das empresas de segurança privada em risco

Metade das rotas de transporte de valores suprimidas P. 23



F. C. Porto
"Quero festejar o campeonato já este ano nos Aliados"

Desejo do médio azul e branco
Vitor Ferreira P. 41

Ambiente
Poluição nas cidades reduzida a metade P. 21

Reciclagem
Lixo doméstico compensa quebra da restauração P. 29

Cultura
Cineclube portuense a rodar filmes há 75 anos P. 35

PROFISSIONAIS DE SAÚDE SÃO DOS MAIS MAL PAGOS DA EUROPA

Luis Pitarma recebeu telefonema de Marcelo



Inglaterra Boris Johnson teve alta e agradeceu a enfermeiro de Aveiro **Pandemia** Fim das medidas restritivas só quando houver vacina **Educação** Telescola volta três décadas depois **Famílias** Centenas de pedidos de apoio por falta de liquidez **Vinho** Queda das vendas afunda produtores

Páginas 4 a 20

BALANÇO 504 MORTOS 16 585 INFETADOS 277 CURADOS

MANTENHA-SE INFORMADO SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR



(revistas + suplementos)

(jornal)

(digital)

NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE AS NOTÍCIAS À PORTA!
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS



Funcionários judiciais criticam fim do sistema de rotatividade

Direção-Geral da
Administração da Justiça
obriga-os, a partir de hoje,
a voltar aos tribunais

PROTESTO O Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ) contesta o fim do sistema de rotatividade de trabalho e a presença nos tribunais de funcionários “com especial vulnerabilidade” a partir de hoje, como determinado pela Direção-Geral da Administração Justiça (DGAJ).

Numa diretiva enviada para os tribunais e para os departamentos de Investigação e Ação Penal, a DGAJ estipula que os oficiais de justiça cessem o trabalho em regime de rotatividade e que sejam fornecidas

luvas e máscaras a quem tem “especial vulnerabilidade” para trabalhar presencialmente.

É também referido na diretiva, a que a agência Lusa teve acesso, que “sempre que os postos de trabalho não garantam a distância adequada entre os oficiais de justiça, dever-lhes-á ser disponibilizado EPI [equipamento de proteção individual]”.

No entanto, para o sindicato, as indicações “vêm ao arrepio de todas as orientações da Direção-Geral de Saúde, do Centro Europeu para Prevenção e Controlo de Doenças e da legislação em vigor, e contrariam até a exposição dos motivos constantes da proposta que o Governo apresentou na Assembleia da República”.

Sobre os funcionários considerados de “especial vulnerabilidade”, entende o sindicato que “integram o grupo de cidadãos a que, nos termos das regras do estado de emergência, estão impostas restrições muito fortes, quer quanto à liberdade individual, quer de circulação”.

O Sindicato dos Funcionários Judiciais considerou, à Lusa, que não estão acautelados os princípios da salvaguarda da saúde e da “proporcionalidade de que fala o Governo”.

A organização de defesa dos trabalhadores recorda, também, que hoje é dia de tolerância de ponto para a Função Pública e que existem fortes “restrições de movimentação” de pessoas. ● REIS PINTO

Profissionais de saúde recebem menos que os colegas europeus

Siindicatos dizem que pandemia revela como qualificações e desgaste não são devidamente reconhecidos

Regime de risco e penosidade previsto na lei do trabalho nunca chegou a ser regulado

Ana Gaspar
agaspar@jn.pt

COMPARAÇÃO Estão na chamada “linha da frente” do combate à Covid-19. Médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e operacionais, uns mais mediatizados do que outros. Em cenário de pandemia, ficam à vista as discrepâncias dos salários destes profissionais, no Serviço Nacional de Saúde, quando comparados com os que são atribuídos às mesmas funções em países que nos são mais próximos.

Os sindicatos não têm números concretos dos vencimentos lá fora. Os dados internacionais também são escassos. Em 2017, revela a Pordata, as despesas em saúde portuguesas representaram 8,9% do produto interno bruto (PIB) – Espanha 8,9%, Itália 8,8%, França 11,3% e Alemanha 11,4%.

No caso dos assistentes técnicos e assistentes operacionais, José Abraão, dirigente da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap), sublinha que estes “têm sido até agora os mais desvalorizados de todo o sistema”. Basta olhar para Espanha, onde “o salário mínimo são 1000 euros”. “Percebe-se com relativa facilidade as discrepâncias que há fazendo as mesmas funções”, afirma ao JN, acrescentando que a Fesap tem vindo a requerer a regulamentação do subsídio de risco e de penosidade, previsto na Lei do Trabalho em funções públicas.

No segmento dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, o cálculo é mais difícil, são várias as carreiras, com diferenças entre países. De acordo com Luis Dupont, presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos Superiores

de Saúde das Áreas de Diagnóstico e Terapêutica, os valores para os profissionais de análises clínicas, brutos e no início de carreira, variam entre os 16 800 euros/ano em Portugal e os 53 200 a 79 800 na Suíça. No en-

tendimento deste responsável, o risco “deve ser diminuído ao mínimo”. No entanto, defende que “a qualificação destas pessoas”, bem como “o desgaste físico e psicológico” inerente ao meio em que trabalham, devem ser valorizados.

PAGAMENTO DIFERENCIADO Guadalupe Simões, dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), explica que os salários destes profissionais no estrangeiro varia entre regiões nos próprios países. E dá o exemplo de Espanha. Na Andaluzia, o vencimento é inferior ao pago em Madrid ou na Catalunha. “O que esta pandemia demonstra é que temos muito poucos enfermeiros”, frisa, acrescentando que as responsabilidades dos profissionais ficaram ainda “mais visíveis, bem como a necessidade de um melhor salário. Tal como a regulamentação da penosidade e risco.

O presidente da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), Noel Carrilho, lembra que, em comparação com outras carreiras da administração pública, estes profissionais demoram muito mais tempo a entrar. Só depois “de muitos anos de diferenciação” são tratados “como médicos de pleno direito. Esta seria a “altura ideal” para a tutela pagar de forma diferenciada o trabalho nas urgências e regular o regime de risco e penosidade. Mas “não vão ser os médicos a sugerir-lo agora”.

11 225
milhões de euros para a Saúde
contemplados no Orçamento do Estado de 2020, que contou com um acréscimo de 941 milhões em relação ao ano anterior. Em 2018, mais de quatro mil milhões do orçamento da Saúde foram destinados a despesas com pessoal.

137 187
trabalhadores no SNS
em fevereiro, de acordo com o balanço social do Ministério da Saúde. O grupo profissional mais numeroso é o dos enfermeiros, com 45 555. Seguem-se os assistentes operacionais: 26 994.

16 800
euros/mês para um médico belga
no topo da carreira, em 2011, dizem os dados mais recentes da Federação Europeia dos Médicos Assalariados. Na altura, em Portugal, um clínico no início ganhava 1300 euros e no topo chegava a 3090.

29 000
é o salário anual médio
dos profissionais de saúde portugueses, segundo o jornal espanhol “La Razón”, citando várias fontes. Em Espanha, a média é 54 mil euros, França 95 mil, Grécia 32 mil e Alemanha 125 mil.



Célia Moura, 48 anos
ASSISTENTE OPERACIONAL NO C. H. DO MÉDIO AVE

“As pessoas não têm noção do que fazemos”

URGÊNCIA Escolheu as urgências por “todos os dias serem diferentes” e permitirem-lhe o desenvolvimento de uma “maior capacidade de trabalho”. Célia Moura é assistente operacional no Centro Hospitalar do Médio Ave há 15 anos e distribui a atividade pelo Hospital de Famalicão e pela unidade de Santo Tirso.

“A maior parte das pessoas não tem noção do que fazemos. O assistente operacional leva colheitas ao laboratório a correr, se o doente está em estado grave, acompanha-o às salas de exame, limpa-o se vomitar, leva-o à casa de banho e ouve as reclamações de quem está à espera de ser atendido”, explica. Por outro lado, sem os assistentes operacionais, muitas vezes os médicos e enfermeiros não podem avançar no tratamento dos doentes. “E preciso limpar e higienizar as macas, as salas de emergência e as de consultas”, conta. Quando o doente sai de uma ambulância, o primeiro contacto que tem é com o assistente operacional, que o acompanha até à urgência. Quis o destino que, em março, o gesto de levar uma manta a uma doente da urgência numa noite fria, sem diagnóstico de Covid-19, acabasse por ser a causa mais provável da infeção pelo novo coronavírus, que entretanto contraiu e a levou ao isolamento, onde ainda permanece. Sabe que a doença está a sobrecarregar as colegas e espera poder regressar ao trabalho e à família, o mais depressa possível.

Sobre o salário é assertiva: “Nós ganhamos muito mal”. Recebe 635 euros brutos, mais cinco euros do que o salário mínimo. “Há bem pouco tempo, só recebíamos 580 euros”, revela, adiantando que as pessoas que não têm necessidade não dão valor ao que é ter uma “vida regrada”.

SALÁRIO:

635 €



Sílvia Conde, 42 anos
TÉCNICA DE ANÁLISES CLÍNICAS NO HOSPITAL S. JOÃO

“Profissão tem sido muito desprezada”

LABORATÓRIO Sílvia Conde é técnica de análises clínicas há duas décadas. Trabalha no laboratório de biologia molecular – no qual se fazem as análises à Covid-19 –, do Hospital de S. João, no Porto. Um serviço sem mãos a medir, dada a carga de trabalho que lhes é pedida. Ao fim do mês, com horas extras, o salário líquido pode chegar aos 1100 euros, apesar de ainda estar no primeiro patamar da carreira, com o salário base de 1201 euros.

“A nossa profissão tem sido muito desprezada”, afirma, sublinhando que é uma atividade que obriga a formação constante. “Tenho vários cursos na área e estou a fazer o mestrado em microbiologia molecular”. Mas este investimento, que Sílvia e os colegas fazem a título individual, acaba por não ter repercussão na carreira, incluída na dos Técnicos Superiores de Diagnóstico e Terapêutica (TSDT). O único retorno é a “satisfação pessoal”. “A realidade do país é assim, mas não nos devemos contentar. Tem que haver um equilíbrio”.

Pragmática, classificando-se como tendo o “pé no chão”, esta profissional de saúde é da opinião que não irão ser atribuídos subsídios ou prémios de desempenho para compensar o esforço dos que trabalham na área. Mas espera que o contributo agora dado traga reconhecimento a estas profissões. Que se poderia traduzir, por exemplo, na valorização da carreira e na abertura de mais concursos para a progressão. Além disso, entende que os TSDT deveriam ser mais convocados para as tomadas de decisão. São 18 profissões, sublinha, e não conseguem estar todas representadas convenientemente nas administrações das unidades de saúde. ●

SALÁRIO:

1 100 €



Pedro Gonçalves, 38 anos
ENFERMEIRO NO HOSPITAL DE GUIMARÃES

“Contamos apenas como números”

ANESTESIOLOGIA Há 14 anos que o enfermeiro Pedro Gonçalves trabalha no Hospital de Guimarães. Iniciou a profissão em 2004, mas passou antes pelos hospitais Garcia de Orta, em Almada, e Centro Hospitalar Gaia/Espinho. Antes da pandemia, desempenhava funções no bloco operatório como enfermeiro do serviço de anestesiologia. Mas como tem experiência de trabalho nas urgências, e muitas das salas de operações fecharam, foi chamado para acudir às emergências. O risco inerente à profissão, o trabalho por turnos, os feriados e dias festivos passados no hospital, o sacrifício dos filhos, duplamente penalizado porque a mulher também é enfermeira, são os exemplos que ilustram o desgaste da profissão. “O reconhecimento não pode passar só por palavras”, sublinha, reclamando que a tutela vá mais além do discurso de agradecimento que tem proferido nas últimas semanas.

O ano passado foi particularmente turbulento para os enfermeiros. Greves, manifestações, paralisação das cirurgias em reivindicação por uma carreira mais justa, que diferencie os anos de serviço e a experiência acumulada. Em 2015, Pedro Gonçalves, como milhares de outros enfermeiros, passou a auferir 1201 euros de salário base, o que se traduz, atualmente, num valor entre os 950 e os 1080 euros líquidos mensais. O montante poderia ser superior se não tivessem sido “apagados” os anos de serviço até 2015. “Contamos apenas como números, a nossa experiência não serve para nada”, lamenta, apelando ao Governo que “no fim disto tudo ponha as mãos na consciência” e valorize a experiência acumulada destes profissionais. ●

SALÁRIO:

1 080 €



Zita Gameiro, 34 anos
ASSISTENTE HOSPITALAR DE PSIQUIATRIA

“Não é preciso sair do país para ser bem pago”

SAÚDE MENTAL Foram precisos sete anos sobre a conclusão do curso de Medicina, em 2010, para que a psiquiatra Zita Gameiro entrasse na carreira médica. Está no patamar mais baixo – primeiro escalão como assistente –, que se traduz num salário líquido de 1700 euros por 40 horas semanais. “O problema é que, como não há progressão, os colegas que entraram cinco anos antes ganham o mesmo”, explica ao JN a dirigente do Sindicato dos Médicos da Zona Sul (FNAM), que trabalha no Centro Hospitalar Barreiro Montijo. Há ainda a questão dos assistentes graduados, com 20 anos de carreira, com um contrato de 35 horas semanais, que ainda ganham menos, cerca de 1200 euros.

Apesar de considerar o salário importante, a médica sublinha que se lhe “interessasse só a questão remuneratória, não tinha assinado um contrato com o SNS”. “Não é preciso sair de Portugal para ser mais bem pago”, sublinha. A importância da saúde mental nesta fase da pandemia tem sido destacada pela tutela, com anúncio de planos específicos. A especialista espera que este facto contribuía para uma valorização da área da saúde mental, que considera “um bocadinho marginalizada”.

Zita Gameiro lembra que a penosidade e o risco da profissão “não são de agora. Apesar de considerar que durante o estado de emergência não devem ser discutidas determinadas matérias, lamenta que a ministra Marta Temido tenha “recusado categoricamente” abordar um estatuto de penosidade e risco. E que, na semana passada, o Parlamento tenha rejeitado a proposta do PAN de um acréscimo remuneratório para os profissionais de saúde. ●

SALÁRIO:

1 700 €

SOLTOS
PELO
VÍRUS

Mãe de David Martins, que cumpria pena em Custóias, corre para abraçar o filho à saída da cadeia

Jornal de Notícias



JOE CALANO / GLOBAL IMAGES

Crise
Futuro das
empresas
de segurança
privada
em risco

Metade das rotas de transporte de valores suprimidas P. 23



F. C. Porto
"Quero festejar o campeonato já este ano nos Aliados"

Desejo do médio azul e branco Vitor Ferreira P. 41

Ambiente
Poluição nas cidades reduzida a metade P. 21

Reciclagem
Lixo doméstico compensa quebra da restauração P. 29

Cultura
Cineclube portuense a rodar filmes há 75 anos P. 35

PROFISSIONAIS DE SAÚDE SÃO DOS MAIS MAL PAGOS DA EUROPA

Luis Pitarma recebeu telefonema de Marcelo

Inglaterra Boris Johnson teve alta e agradeceu a enfermeiro de Aveiro **Pandemia** Fim das medidas restritivas só quando houver vacina **Educação** Telescola volta três décadas depois **Famílias** Centenas de pedidos de apoio por falta de liquidez **Vinho** Queda das vendas afunda produtores

Páginas 4 a 20

BALANÇO 504 MORTOS 16 585 INFETADOS 277 CURADOS



MANTENHA-SE INFORMADO
SEM SAIR DE CASA.
CONTACTOS NO INTERIOR



(revistas + suplementos)

(jornal)

(digital)

**NESTES DIAS, LEVAMOS-LHE
AS NOTÍCIAS À PORTA!**
ASSINE O JORNAL DE NOTÍCIAS

PUBLICIDADE